

**PROCESSO** - A. I. Nº 05981866/95  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - MAIOR ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA.  
**RECURSO** - REPRESENTAÇÃO DA PGE/PROFIS  
**ORIGEM** - INFAZ BARREIRAS  
**INTERNET** - 28/04/2005

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0121-11/05

**EMENTA:** ICMS. IMPROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. Representação proposta com base no art. 119, II, § 1º, da Lei n. 3.956/81 (COTEB) para que seja decretada a nulidade do Auto de Infração, em face da ilegitimidade ativa do Estado da Bahia de lançar crédito tributário contra contribuintes localizados em outros Estados que não estejam sob o regime de substituição tributária, em respeito ao princípio da territorialidade da lei tributária. Comprovada a improcedência da exigência fiscal. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de Representação proposta pela PGE/PROFIS com fundamento no artigo 119, II, c/c com o art. 136, § 2º, todos da Lei nº 3.956/81 (COTEB) e alterações posteriores, face ao Controle da Legalidade exercido por esse órgão, quando da inscrição na dívida ativa estadual do PAF de nº 05981866/95, decorrente da condição de revel do autuado, para que uma das Câmaras de Julgamento Fiscal do CONSEF aprecie a referida representação, no sentido de que seja decretada a nulidade do presente Auto de Infração, uma vez que nem o autuado, que seria o remetente das mercadorias, e nem o destinatário, possuem sede no Estado da Bahia, sendo o primeiro empresa estabelecida em Goiás e o segundo em Sergipe.

Assim, após a análise circunstanciada das peças dos autos, e com base na legislação que norteia o processo administrativo fiscal, entende a Douta PGE/PROFIS que restou patente a ilegitimidade ativa no presente processo, ou seja, a impossibilidade de o Estado da Bahia de lançar crédito tributário contra contribuintes inscritos em outros Estados da Federação que não estejam sob o regime de substituição tributária, atendendo ao princípio da territorialidade da lei tributária prevista no CTN, do que entende presente a hipótese compreendida no art. 114, II, do RPAF/BA, razão que propõe Representação ao CONSEF, a fim de que se proceda ao julgamento pela Nulidade do Auto de Infração.

## VOTO

Da análise das peças processuais constato que se trata de Auto de Infração de trânsito de mercadorias, lavrado contra o remetente das mercadorias, localizado no Estado de Goiás, no sentido de exigir o ICMS no valor de R\$1.705,27, acrescido da multa de 150%, em razão do transporte de mercadorias com documentação fiscal inidônea, referente a 120 caixas de Conhaque Dreher e 10 caixas de Bitter Campari, destinadas à contribuinte com inscrição cancelada no Estado de Sergipe, do que foi lavrado Termo de Apreensão e Ocorrências e anexadas as Notas Fiscais de nºs: 115847 e 115848, às fls. 3, 4 e 5, as quais eram transportadas por Wilson Xavier da Silva, conforme consignado no referido Termo de Apreensão.

Portanto, o fundamento da acusação consiste no fato de que a empresa destinatária, localizada no Estado de Sergipe, encontrava-se com sua situação cadastral irregular e, em consequência, a documentação fiscal que acobertava o trânsito da mercadoria foi considerada inidônea, sendo lavrado o Auto de Infração contra o remetente das mercadorias, estabelecido no Estado de Goiás.

Contudo, observo que o fato de a empresa destinatária supostamente encontrar-se com sua situação cadastral irregular não é determinante para se classificar como inidônea a documentação fiscal, pois a mesma foi emitida regularmente por contribuinte devidamente habilitado.

Assim, no caso concreto em análise, caberia apenas a exigência da antecipação do imposto incidente sobre a margem de valor adicionado, por se destinarem as mercadorias à contribuinte não inscrito, o que não foi objeto da acusação fiscal. Portanto, diante de tais considerações, é improcedente a exigência do imposto fundamentada na inidoneidade dos documentos fiscal.

Assim, diante de tais considerações acolho a Representação da PGE/PROFIS, porém, no sentido de julgar IMPROCEDENTE o Auto de Infração.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **ACOLHER** a Representação proposta.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de abril de 2005.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE – REPR. DA PGE/PROFIS